



O Hospital Regional do Gama recebe pacientes de várias cidades do Distrito Federal e Entorno, embora o programa Saúde em Casa tenha reduzido o número de pessoas nas filas

PARADO NO TEMPO

Beth Veloso
Da equipe do **Correio**

Urgência é um conceito relativo no Hospital Regional do Gama. Deveria significar um ou dois dias, mas representa semanas, até meses. É o tempo que levam para ser feitas cirurgias nas quais o paciente pode estar correndo risco de vida. Apenas aqueles que chegam ao hospital com as vísceras abertas, ou nas últimas, conseguem entrar no centro cirúrgico. Baleado, esfaqueado, atropelado, gravidez de risco são emergência. Um problema de hérnia ou vesícula fica para depois.

Essa diferença semântica é o que determina a solução para doenças. Os casos de emergência são atendidos. Os urgentes, quando possível. Para as chamadas cirurgias eletivas (programadas), o tempo de espera é de quatro, cinco, seis meses, dependendo da especialidade. Ortopedia são seis meses, oftalmologia, dois, cirurgia geral, de três a quatro meses de espera.

Enquanto a lista de espera de pacientes com indicação cirúrgica cresce, o centro cirúrgico continua igual: com cerca de 80% da sua capacidade ociosa. Em média, vêm sendo realizadas 150 cirurgias eletivas por mês, quando poderiam ser 800. Um dos motivos que transforma salas que servem para salvar vidas em ambientes fantasmas é a falta de anestesistas.

Treze é o número de profissionais que existem no hospital para atender a uma população de 600 mil pessoas, incluindo Gama, Santa Maria e boa parte do Entorno. É apenas metade do que é necessário. Pior: faltam roupas para os médicos operarem. As poucas peças existentes chegam a ser lavadas três vezes ao dia, quando o recomendável é apenas uma lavagem.

Como qualquer tipo de doença corre o risco de se complicar quando não é tratada a tempo, o Conselho Regional de Medicina foi apurar a quantas anda a ética entre os médicos do hospital. Os conselheiros ou-



Pacientes esperam, em média, duas horas por uma consulta no Hospital do Gama

viram de médicos quais as feridas abertas pela falta de condições humanas e materiais para trabalhar.

Na era dos tomógrafos computadorizados, o hospital tem apenas um aparelho simples de raio X e muitas vezes falta radiologista. A enfermaria tem 30 leitos interditados por uma reforma que dura mais de um ano. O centro-cirúrgico aguarda, desde outubro de 1996, um ar-condicionado.

Na ginecologia, pacientes têm que esperar de três a quatro dias para fazer uma ecografia. No pronto-socorro infantil, há 30 leitos para uma média de 45 pacientes. Crianças são tratadas nos corredores. Se precisam de UTI, têm que ser removidas. Não há, na emergência infantil, sequer um respirador. "Tudo isso nada mais é do que reflexo do modelo de atenção à saúde vigente no país", justifica o diretor do hospital, Elvis Oliveira.

Segundo os depoimentos, todas as semanas cirurgias programadas são adiadas porque não há roupas limpas no centro cirúrgico. Foi o que aconteceu anteontem com um dos residentes, que foi obrigado a cancelar duas intervenções. "Somos tocadores de

serviço", disse.

Eles são recém-formados que fazem estágio no hospital para aprender na prática o ofício da medicina. Um deles conta que, em quase dois anos de residência, operou apenas 10 vezes. Apesar disso, em janeiro será considerado um cirurgião treinado. "Estou saindo daqui como um cirurgião de hérnia e vesícula", desabafou. Em julho, eles cruzaram os braços por uma semana, irritados, entre outros motivos, com os constantes cortes no fornecimento de água.

O que mais aflige os residentes, no entanto, é o sofrimento dos doentes. "Tem uma paciente na clínica que levou quatro semanas para ser operada correndo risco de vida. E só foi operada por amizade do anestesista", disse um residente. "É uma afirmação tendenciosa, irresponsável e mentirosa", afirmou o diretor do hospital, Elvis Oliveira. "Ela tinha uma suspeita de diagnóstico", assegurou.

A paciente em questão é a passadeira Maria Oliveira, 43 anos. Internada no hospital no dia 18 de setembro, ela se submeteu a uma exame no hospital de Taguatinga que, se-

gundo um residente e a família, indicou a presença de um tumor. Mas a cirurgia foi adiada por três semanas consecutivas, pelo menos uma delas por falta de anestesista.

"Ela começou a passar mal e fomos ao posto de saúde. Mas você vai mesmo para dizer que foi. Depois ela fez exame particular e deu que era vesícula. Ela veio para cá, fizeram o exame, mas continuaram adiando a cirurgia", contou Valdeci Gomes, parente de Maria.

Operada na quarta-feira retrasada, concluiu-se que a situação dela é irreversível. "Mas se fosse outro paciente, poderia ter morrido", garante um residente. No mesmo quarto, a agricultora Maria Ferreira Alves esperou cinco meses por uma cirurgia no intestino.

"Os médicos disseram que eu estava muito fraca e não aguentaria uma operação", explica. Moradora do Piauí, ela despencou para a casa da filha no Pedregal com ressecamento no intestino e passou cinco meses fazendo as necessidades fisiológicas pela barriga, até ser operada no último dia 17 de outubro. "Agora está uma maravilha."

Pacientes como a agricultora agravam a precariedade no atendimento no Hospital Regional do Gama. Segundo pesquisa feita pela diretoria do hospital, 80% dos pacientes são provenientes de cidades do Entorno, como Valparaíso de Goiás, Luziânia, Pedregal, Lago Azul, e dos estados de Tocantins, Piauí e Bahia. O único desafogo foi a população de Santa Maria, que hoje é assistida pelo Saúde em Casa. O programa, segundo o diretor do hospital, reduziu em pelo menos 50% a demanda da cidade.

Mesmo assim, a sensação dos profissionais é estar trabalhando com um pouco sem fim. Enquanto o corpo médico diminui por aposentadorias ou desligamentos voluntários, o número de pacientes aumenta vertiginosamente. Com 15 anos de casa, um dos pneumologistas do hospital recebe R\$ 1.500. "Do jeito que vai, vai continuar ruim", diz.

A falta de valorização do profissional virou uma questão política para o governo. Estava prevista a contratação de sete anestesistas para o hospital, mas o salário bruto de R\$ 1.200 desanimou os profissionais. O problema é generalizado e atinge toda a rede pública. Segundo Elvis Oliveira, eles só querem ser contratados como uma cooperativa, mas o governo "não aceita a filosofia da neoliberal de terceirizar o serviço".

A falta de vestimenta cirúrgica também se deve a fatores administrativos. Segundo Elvis, foi feita uma licitação centralizada pela fundação, mas os capotes entregues eram de tecido inferior e foram devolvidos. São complicadores que, segundo ele, falam ao alcance do governo.

O problema, segundo Elvis, é a falta de acesso. "A grande maioria dos pacientes têm apenas uma gripe, não precisariam do hospital."

Seja uma gripe ou um problema maior, o tempo médio de espera na emergência, segundo o próprio diretor, é de duas horas. "À última vez que vim cheguei às duas da tarde e saí às seis", contou a dona-de-casa Maria de Fátima, no pronto-socorro. "Hoje estou esperando sair daqui às nove da noite", especulava ela, que tinha chegado às 12h.

Na avaliação de Elvis, o hospital do Gama é de "excelente qualidade". Mas não é o que pensam os representantes da OAB na cidade. "Nós vamos entrar com uma interpelação judicial contra o governo para cobrar qualidade no atendimento, como assegura a Constituição", avisa o presidente da Sub-seção da entidade no Gama, Nader Franco.